

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024  
PPP LINHAS 11, 12 e 13

**APENSO 4 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO**

**1. INTRODUÇÃO**

O estudo desenvolvido e disponível no *dataroom* relativo à análise preliminar de impacto social e ambiental das LINHAS identificou que a CONCESSÃO provocará o deslocamento físico e econômico em resultado de desapropriações e desocupações permanentes e temporárias na faixa operacional da ferrovia.

Com base no projeto conceptual foram identificados preliminarmente 1.953 imóveis e 242.613,30 m<sup>2</sup> de terrenos produtivos e não produtivos na faixa de operação da área prevista para expansão das LINHAS e que serão objeto, portanto, de processos de deslocamento físico e/ou econômico. Informação mais detalhada é apresentada no *dataroom*, no **Marco de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento** da CONCESSÃO, que contém mais informações e detalhes sobre os impactos previstos em resultado da aquisição de terras e reassentamento.

**2. OBJETIVO**

O presente TdR refere-se à preparação do **Plano Geral de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento (PG-DOTSR)** e **Planos Específicos de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento (PE-DOTSR)** específicos para polígonos/trechos de intervenção da CONCESSÃO.

O **Plano Geral de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento (PG-DOTSR)** será uma atualização do Marco de Desapropriação e Reassentamento (“Marco de Reassentamento”), disponível no Dataroom<sup>1</sup>, abrangendo todos os terrenos requeridos para a CONCESSÃO. É elaborado com base no PROJETO BÁSICO e em consonância com o PROGRAMA DE EXECUÇÃO e CRONOGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO. Define o escopo de cada PE-DOTSR, e respectivos cronogramas de preparação e implementação.

Os **Planos Específicos de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento (PE-DOTSR)** são preparados anualmente, especificamente para polígonos/trechos que serão intervencionados no ano seguinte, sendo preparados com base nos respectivos PROJETOS EXECUTIVOS.

---

<sup>1</sup> Anexo do Scoping Report.

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
**PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024**  
**PPP LINHAS 11, 12 e 13**

Estes planos visam assegurar que os impactos adversos resultantes da deslocação física e econômica decorrentes da implantação da CONCESSÃO (quer seja por desapropriação ou desocupação) sejam adequadamente mitigados e que os meios de subsistência das pessoas afetadas pelo projeto (PAPs) sejam restaurados (ou melhorados).

Os PG-DOTSR e PE-DOTSR serão preparados seguindo os princípios e diretrizes definidos no Marco de Reassentamento desta CONCESSÃO, em linha com a legislação Brasileira aplicável e os requisitos do PD5 da IFC, relativo à Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário. Deve ter também em consideração as diretrizes apresentadas em “*Land Acquisition and Involuntary Resettlement Handbook*”, preparado pelo *International Finance Corporation (IFC)* em 2023 ( <https://www.ifc.org/en/insights-reports/2023/handbook-land-acquisition-and-involuntary-resettlement>).

Os princípios-chave a serem considerados na preparação dos PG-DOTSR e PE-DOTSR constam do item 6.2 do ANEXO IV.A.

### **3. PLANO DE TRABALHO**

#### **3.1. Revisão de informação**

Para preparação do PG-DOTSR deverá ser feita uma revisão dos documentos relativos à CONCESSÃO, incluindo: ESIA, Marco de Reassentamento, Marco de Engajamento de Partes Interessadas, sistema de informação geográfica (SIG) socioambiental e informação atualizada sobre a CONCESSÃO, designadamente áreas a expropriar e desocupar, quer seja permanente ou temporariamente, definidas no PROJETO BÁSICO e cronograma de implantação, definido no PROGRAMA DE EXECUÇÃO e CRONOGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO da CONCESSÃO.

Para a preparação dos PE-DOTSR deverá ser revisto o PG-DOTSR e eventuais relatórios de avaliação da implementação de PE-DOTSR já implementados ou em implementação para trechos/polígonos específicos dos EMPREENDIMENTOS da CONCESSÃO, em anos anteriores.

#### **3.2. Revisão do quadro regulamentar aplicável e do PD5**

No PG-DOTSR:

Revisão e, se necessário, complementação do quadro regulamentar aplicável apresentado no Marco de Reassentamento, identificando aspetos relevantes da Constituição Federal, de Convenções Internacionais



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
**PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024**  
**PPP LINHAS 11, 12 e 13**

ratificadas pelo Brasil e outra legislação relevante a nível federal, estadual e municipal respeitante a posse de terra, engajamento de partes interessadas, direitos das mulheres, direitos de ocupantes informais, despejos, desapropriações e compensações, incluindo procedimentos e elegibilidades de compensação e métodos de avaliação de terras e bens (incluindo culturas agrícolas).

Descrição dos procedimentos legais e administrativos aplicáveis (incluindo o recurso judicial disponível) e o tempo normal de duração destes processos e ainda eventuais mecanismos de resolução de reclamações disponíveis.

Análise de lacunas relativamente aos requisitos do PD5 e identificação de medidas para colmatar eventuais lacunas identificadas, tendo em consideração experiências anteriores de compensação e reassentamento realizadas em projetos metroferroviários no ESTADO.

Nos PE-DOTSR:

Revisão e se necessário complementação do quadro regulamentar, procedimentos legais e administrativos aplicáveis e lacunas relativamente aos requisitos do PD5 apresentados no PG-DOTSR.

### **3.3. Descrição do Quadro Institucional existente**

No PG-DOTSR:

Descrição das estruturas relevantes de autoridades federais, nacionais e municipais, incluindo os órgãos responsáveis por todos os aspetos da aquisição e do reassentamento de terras, inclusive restrições de acesso a recursos naturais. Incluir lideranças comunitárias, organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil (OSCs) que podem ter uma função na implementação dos PE-DOTSR.

Avaliar a capacidade de tais órgãos governamentais, ONGs e OSCs para apoiar os processos de reassentamento/aquisição de terras/restauração da vida e definir as medidas propostas para fortalecer a capacidade institucional.

Nos PE-DOTSR:

Revisão e detalhamento da descrição do quadro institucional existente, tendo em consideração as especificidades das áreas dos trechos/polígonos em análise.

### **3.4. Identificação da Área de Intervenção**

No PG-DOTSR:

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
**PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024**  
**PPP LINHAS 11, 12 e 13**

Atualizar e detalhar a Área de Intervenção preliminar constante do Marco de Reassentamento, tendo em consideração alterações e detalhamento do projeto em fase de PROJETO BÁSICO.

Nos PE-DOTSR:

Atualizar e detalhar a Área de Intervenção constante do PG-DOTSR para os trechos/polígonos em causa, tendo em consideração alterações e detalhamento do projeto em fase de PROJETO EXECUTIVO.

### **3.5. Avaliação de impactos**

Nos PG-DOTSR:

Rever e complementar a avaliação preliminar de impactos permanentes ou temporários resultantes da aquisição de terras e reassentamento apresentada no Marco de Reassentamento:

- restrições ao acesso à terra ou ao uso de recursos naturais
- desocupações da faixa operacional e desapropriação para implantação de novos investimentos
- desocupações consideradas necessárias para assegurar a segurança operacional da ferrovia

Incluir estimativas de PAPs afetados por deslocamento físico e/ou econômico, para cada um dos EMPREENDIMENTOS.

Nos PE-DOTSR:

Realizar uma avaliação pormenorizada dos impactos permanentes ou temporários resultantes da aquisição de terras e reassentamento, incluindo:

- restrições ao acesso à terra ou ao uso de recursos naturais
- desocupações da faixa operacional e desapropriação para implantação de novos investimentos
- desocupações consideradas necessárias para assegurar a segurança operacional da ferrovia
- desocupações temporárias
- preparar tabelas de impacto que detalhem potenciais impactos resultantes da aquisição de terras e desocupação de diferentes tipologias de uso da terra e de estruturas, identificando diferentes tipologias de impactos decorrentes de deslocamento físico e/ou econômico, incluindo impactos no acesso a meios de subsistência, avaliando se poderão ser proporcionalmente mais adversos em mulheres e indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis. A abordagem de impactos sobre os meios de subsistência levará em consideração uma análise por domicílio nos casos em que os meios de subsistência de mulheres e homens sejam afetados de forma distinta

Em ambos os planos, documentar o processo e os resultados de medidas que tenham evitado ou minimizado o deslocamento físico e/ou econômico, durante o desenho da CONCESSÃO.

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
**PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024**  
**PPP LINHAS 11, 12 e 13**

### **3.6. Identificação de Pessoas, Comunidades e Recursos Naturais Afetadas**

Nos PE-DOTSR:

Realizar um mapeamento e caracterização das pessoas, comunidades e recursos naturais (por exemplo pastagem) afetados por aquisição de terra através de inquéritos no terreno e técnicas de avaliação participativa, para cada EMPREENDIMENTO, com base nos respectivos PROJETOS EXECUTIVOS incluindo:

- *Um censo* para enumerar todas as pessoas afetadas, identificando a PAP e o tipo de deslocamento físico ou econômico, a ser registrado num Sistema de Informação Geográfica (SIG). O final da elaboração do censo corresponderá à data de corte para elegibilidade a compensações.
- *Um inventário* dos bens perdidos e afetados ao nível do agregado familiar, da empresa e da comunidade (incluindo estruturas residenciais e comerciais, formais e informais e culturas agrícolas), a ser associado ao SIG.
- *Inquéritos e estudos socioeconômicos* de todas as pessoas afetadas, assegurando que os dados possam ser desagregados por sexo. O inquérito aos agregados familiares (AF) afetados deverá incluir a identificação do chefe de família e a sua relação com membros do AF e informações sobre todos os membros do AF (ano de nascimento, gênero, ocupação, nível de educação, eventuais fatores de vulnerabilidade, como deficiência física ou mental, doença crônica, refugiado, entre outros) e ainda da principal fonte de rendimento do AF, o rendimento mensal total médio, as principais fontes de despesas e acesso atual a infraestruturas públicas e equipamentos sociais. No caso de empresas permanente ou temporariamente afetadas pela CONCESSÃO, identificar o tipo de atividade e o número de trabalhadores. Os resultados deverão ser associados ao SIG. Deverá ser garantida a confidencialidade destas informações.
- *Estudos socioeconômicos e de meios de subsistência* baseados na informação recolhida no ESIA para caracterização das comunidades, pessoas e bens afetados, incluindo, informações sobre grupos desfavorecidos e/ou vulneráveis<sup>2</sup>, padrões de vida, meios de subsistência, posse de terra e sistemas de transferência, uso de recursos naturais, padrões de interação social, cobertura de serviços sociais e infraestrutura pública.
- *Análise de inquéritos e estudos* para estabelecer parâmetros de compensação para conceber iniciativas adequadas de recuperação de rendimentos e de desenvolvimento sustentável que promovam a igualdade entre homens e mulheres, e para identificar indicadores de monitoramento
- *Consulta* a diversos grupos de pessoas das populações afetadas relativamente a medidas de

---

<sup>2</sup> Incluindo pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, sem-terra, idosos, lares administrados por mulheres e crianças, minorias étnicas, refugiados, comunidades que dependem de recursos naturais ou outras pessoas deslocadas que não possam ser protegidas pela legislação de título à terra ou compensação de terra nacional.

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
**PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024**  
**PPP LINHAS 11, 12 e 13**

compensação e oportunidades de desenvolvimento; grupos de discussão com mulheres, indivíduos e grupos desfavorecidos e/ou vulneráveis.

### **3.7. Definição de formas de Divulgação e Engajamento de Partes Interessadas**

Durante a elaboração dos PG-DOTSR e PE-DOTSR, em articulação com a equipe responsável pela elaboração do PEPI da CONCESSÃO, efetuar o mapeamento das partes interessadas e afetadas a serem envolvidas no processo de divulgação e engajamento relativo especificamente à aquisição de terra e reassentamento, tendo como base o mapeamento do Marco de Engajamento da CONCESSÃO, que será atualizado e complementado. Incluir as comunidades anfitriãs se o deslocamento físico exigir um local de reassentamento.

Efetuar ações de divulgação e engajamento das partes interessadas em temáticas relacionadas com o deslocamento físico e econômico, desde a fase inicial de preparação do PDOTSR, antes da data de corte (a ser amplamente divulgada) e do início dos estudos de base. Estas ações deverão ter continuidade durante o planejamento do reassentamento, por meio do processo de engajamento das partes interessadas descrito no Marco de Engajamento de Partes Interessadas da CONCESSÃO. O engajamento deverá ser realizado através de reuniões públicas e pequenos fóruns em cada um dos municípios e/ou bairros afetados, incluindo com grupos focais específicos, principalmente com pessoas/grupos desfavorecidos e/ou vulneráveis. Os processos de tomada de decisão relacionados ao reassentamento e a recuperação dos meios de subsistência deverão incluir sempre que possível opções e alternativas, a serem discutidas durante estas reuniões.

O processo de consulta irá assegurar que as perspectivas das mulheres e grupos vulneráveis sejam identificadas e que seus interesses sejam levados em conta em todos os aspectos do planejamento e da execução do reassentamento

Desde a fase inicial de planejamento da desapropriação, desocupação e reassentamento deverá estar disponível um Mecanismo de Reclamações, a ser amplamente divulgado, de forma clara e acessível, entre as pessoas interessadas e afetadas por impacto relacionados com aquisição de terras e reassentamento, no âmbito das ações de divulgação e consulta, conforme previsto no Marco de Engajamento da CONCESSÃO. Deve ser claramente descrito este mecanismo, que deve dar especial atenção às mulheres e às pessoas e grupos vulneráveis para garantir que tenham igual acesso aos procedimentos de reparação de queixas. O processo deve ser adequado para receber queixas sobre incidentes de exploração e abuso sexual durante o reassentamento, através de um procedimento específico baseado nos princípios de

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
**PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024**  
**PPP LINHAS 11, 12 e 13**

confidencialidade, centralidade no sobrevivente e segurança, conforme descrito no Marco de Engajamento de Partes Interessadas e PEPI da CONCESSÃO.

O PG-DOTSR irá descrever o processo realizado de consulta informada e participação com as partes afetadas com relação às alternativas de compensação e o nível de sua participação no processo de tomada de decisões durante o planejamento e execução do reassentamento, incluindo o envolvimento de famílias afetadas, autoridades locais e/ou nacionais, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas identificadas. Tal descrição incluirá, no mínimo, uma lista das principais partes interessadas identificadas, o processo seguido (reuniões, grupos focais etc.), problemas levantados, respostas fornecidas, reclamações significativas (se houver) e o plano de engajamento contínuo. Deverá também incluir uma análise de reclamações recebidas relacionadas com aquisição de terras e reassentamento, incluindo tipologia e resolução.

A equipe responsável pela elaboração dos PG-DOTSR e PE-DOTSR deverá estar devidamente articulada com a equipe responsável pela preparação do PEPI da CONCESSÃO, para garantir uma clara definição de responsabilidades na comunicação e engajamento especificamente sobre esta temática.

### **3.8. Definição de critérios de elegibilidade e compensação**

#### **No PG-DOTSR:**

Deverão ser desenvolvidas as seguintes atividades:

- *Rever e complementar os critérios para determinar a elegibilidade para a reassentamento dos agregados familiares afetados:* Os critérios de elegibilidade devem ser vantajosos para as mulheres e outros grupos vulneráveis, incluindo os que não têm título legal de propriedade ou direitos reconhecidos. Os critérios de elegibilidade serão divulgados às comunidades afetadas e a outras partes interessadas da CONCESSÃO no âmbito do processo de disseminação de informação e engajamento.
- *Rever e complementar a matriz de direitos constante do Marco de Reassentamento, que enumere todos os impactos prováveis e identifique o seguinte*
  - Todas as categorias de pessoas afetadas
  - Todos os tipos de perdas físicas e/ou econômicas associados a cada categoria
  - Todos os tipos de compensação, subsídios e assistência a que cada categoria tem direito

No mínimo, as seguintes tipologias de pessoas afetadas deverão ser consideradas no âmbito da CONCESSÃO:

- proprietário de terrenos urbanos ou rurais;
- ocupante com título formal de propriedade;

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
**PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024**  
**PPP LINHAS 11, 12 e 13**

- ocupante sem posse legal, mas com direitos de uso reconhecidos pela legislação (como usucapião);
- ocupante de residência com contrato de arrendamento;
- ocupante de residência sem posse legal, nem direitos de uso reconhecidos pela legislação (posseiro/ocupante);
- ocupante irregular com residência na faixa operacional em áreas urbanas ou rurais;
- ocupante irregular com atividade comercial ou de subsistência na faixa operacional em áreas urbanas ou rurais;
- proprietários de empresas;
- locatários comerciais;
- funcionários de empresas ou de atividade comercial afetada
- indivíduos desfavorecidos ou vulneráveis afetados por deslocamento físico e/ou econômico;
- se relevante, incluir comunidades hospedeiras.

Nos PE-DOTSR:

Deverão ser analisados e se necessário complementados os critérios de elegibilidade e direitos estabelecidos no PG-DOTSR.

**3.9. Definição de metodologias para avaliação de perdas físicas e econômicas**

No PG-DOTSR:

Preparar fórmulas para avaliação das diferentes tipologias de perdas físicas e econômicas, para definição dos custos totais de substituição dos bens perdidos, incluindo terras, construções, empresas, equipamentos públicos, culturas perenes, culturas anuais, tendo em consideração legislação e normas nacionais e critérios adicionais que permitam colmatar as lacunas identificadas entre a legislação e o PD5.

Estabelecer opções para substituições culturalmente aceitáveis para serviços perdidos, sítios culturais, bens comuns ou acesso a recursos para subsistência, rendimento ou atividades culturais. Definir critérios para avaliação de perdas de lucros em resultado de deslocamento físico de negócios/comércios/prestação de serviços (formais e informais) Definir medidas para a restauração dos meios de subsistência e assegurar que as opções promovem a igualdade de gênero.

Preparar opções de reassentamento e de recuperação de modos de vida. Estas opções basear-se-ão nos parâmetros sociais, econômicos e culturais existentes, tanto das pessoas deslocadas como das comunidades de acolhimento. Incluir compensações por perdas físicas a custo total de substituição, subsídios (por lucro cessante durante a transição e outros que venham a ser determinados), assistências

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
**PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024**  
**PPP LINHAS 11, 12 e 13**

durante a mudança e recuperação e melhoria do modo de vida. Se for caso disso, preparar planos para o reassentamento em casas de substituição, incluindo a seleção dos locais de reassentamento através de metodologias participativas, assegurando sempre a garantia de posse e proteção contra despejo e tendo em consideração entre outros o acesso a infraestrutura, serviços sociais, transporte e formas alternativas de geração de renda e subsistência, para além de aspetos relacionado com dimensão/planta da casa e materiais de construção. Nos casos em que os rendimentos devem ser restaurados, planejar a avaliação das necessidades, a criação de emprego, a identificação de terras de substituição e outras medidas de restauração dos meios de subsistência. Se as pessoas afetadas tiverem de mudar de profissão, prever mecanismos de treinamento e de apoio profissional. Analisar o impacto ambiental provável do processo de reassentamento e prever planos para atenuar quaisquer efeitos ambientais adversos.

Nos PE-DOTSR:

Deverão ser analisados e se necessário complementados os critérios de elegibilidade e direitos estabelecidos no PG-DOTSR.

**3.10. Definição do Processo de Implementação do PDOTSR**

No PG-DOTSR:

Planejar o processo de implementação do PDOTSR tendo por base os resultados da identificação e caracterização de pessoas, comunidades e uso de recursos naturais afetados e o resultado do engajamento de partes interessadas e afetadas pela CONCESSÃO, e tabela de elegibilidade e direitos. Definir estratégias e métodos de negociação com as partes afetadas, até à assinatura dos Acordos de Compensação.

Preparar um calendário e um cronograma de preparação e implementação dos PE-DOTSR, mostrando como as pessoas afetadas serão informadas, incluindo no calendário e cronograma datas previstas para compensação, deslocamento dos agregados familiares, restauração dos meios de subsistência, acompanhamento, monitoramento e auditoria de conclusão. De notar que as PAPs apenas abandonarão a terra e bens após o verificador independente confirmar que receberam as compensações a que têm direito de acordo com o PE-DOTSR

O calendário deverá ser elaborado de forma participativa com as PAPs, tendo em consideração calendários relevantes para as PAPs, como por exemplo o calendário escolar ou datas festivas.

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
**PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024**  
**PPP LINHAS 11, 12 e 13**

Definir procedimentos para o pagamento das compensações e subsídios, para entrega de terra / residência de substituição e demais assistências para recuperação e melhoria das condições de vida (incluindo assistência especial para indivíduos e grupos desfavorecidos ou vulneráveis).

Definir procedimentos para controle do estado de implementação de todas as compensações de cada uma das PAP, associado ao SIG.

Descrever as disposições institucionais, definindo as funções e responsabilidades das partes, incluindo o governo, os parceiros internos e os consultores. Identificar as organizações ou agências primariamente que darão suporte à implementação do reassentamento, juntamente com a capacidade destas entidades para uma implementação efetiva, por referência a ligações à autoridade, experiência anterior com o reassentamento e número e formação do pessoal.

Nos PE-DOTSR:

Caso necessário, o processo de implementação será revisto com base em lições aprendidas na implementação de PE-DOTSR anteriores, na CONCESSÃO.

**3.11. Definição do Processo de revisão PDOTSR**

No PG-DOTSR:

Detalhar um processo que permita avaliar a necessidade de revisão/ajuste do PDOTSR em resultado de alterações da CONCESSÃO, tipologia ou magnitude de impactos, reclamações ou ineficiência nas medidas previstas e documentar essas alterações. A ser integrado em todos os PE-DOTSR.

**3.12. Definição do Processo de Acompanhamento, Monitoramento, Auditoria e Relatórios**

No PG-DOTSR:

Preparar um plano de acompanhamento, monitoramento e auditoria, identificando os objetivos e descrevendo o escopo e conteúdo do acompanhamento interno e do monitoramento externo por verificador independente, identificando as responsabilidades, o calendário e indicadores-chave.

Uma vez concluído o processo de implementação de cada PE-DOTSR, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá realizar uma auditoria final para verificar se o PE-DOTSR foi implementado adequadamente contemplando os objetivos do PD5, em especial se todos os afetados têm acesso a todas as medidas previstas, e se o resultado foi a restauração das benfeitorias, condições de vida e meios de subsistência

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
**PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024**  
**PPP LINHAS 11, 12 e 13**

afetados para uma situação ao menos equivalente ou melhor do que a situação anterior à CONCESSÃO. Medidas complementares serão aplicadas caso necessário.

As pessoas afetadas serão consultadas durante o processo de monitoramento e auditoria final, devendo ser identificados os principais momentos de divulgação e engajamento, durante a implementação. Especificar o calendário para o controle e a elaboração de relatórios, especificando o conteúdo dos relatórios e identificando quais serão divulgados externamente. Definir o calendário e o processo para a auditoria de conclusão.

### **3.13. Definição do Orçamento para Implementação do PDOTSR**

#### No PG-DOTSR:

Preparar uma estimativa orçamental anual para cada categoria principal de despesas (desapropriação, reassentamento etc), incluindo todas as despesas relacionadas com a preparação e implementação dos PE-DOTSR , abrangendo no mínimo as despesas de divulgação e engajamento, indenizações, subsídios, assistências, gestão de reclamações relacionadas com os PE-DOTSR, acompanhamento, monitoramento e auditoria, entre outros.

## **4. ESTRUTURA DO PG-DOTSR e PE-DOTSR**

### Estrutura dos PG-DOTSR

1. *Sumário Executivo* - Fornece aos leitores uma compreensão das principais questões associadas ao PG-DOTSR: tipos de impactos, perfil da população afetada, identificação da magnitude de deslocamento físico e/ou económico e descrição das medidas para mitigar os impactos resultantes do deslocamento físico e/ou económico, visão geral do envolvimento das partes interessadas e do processo de reclamação, funções e responsabilidades, cronograma e estimativa orçamental da implementação do PG-DOTSR.
2. *Glossário* - Fornece uma descrição dos principais termos usados no PG-DOTSR
3. *Introdução* – Inclui a identificação e descrição da CONCESSÃO (incluindo a pegada, cronograma de construção, intervenientes), sumário dos impactos do deslocamento físico e económico e identificação do escopo do PG-DOTSR
4. *Impactos da CONCESSÃO* – Descreve todos os impactos relacionados com a aquisição de terras, reassentamento, deslocamentos físicos e económicos, restrições de acesso a recursos naturais, outros tipos de deslocações económicas e descreve todas as alternativas e esforços realizados para evitar ou minimizar os impactos adversos.

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
**PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024**  
**PPP LINHAS 11, 12 e 13**

5. *Objetivos e processos* – Identifica os objetivos da implementação do PG-DOTSR e uma visão geral de como será implementado
6. *Estrutura regulatória* – Inclui sumário das disposições legais relevantes e descrição dos procedimentos legais e administrativos aplicáveis. Detalha as lacunas relativas aos requisitos do PD2 e o mecanismo e medidas para colmatar as lacunas
7. *Estrutura institucional* – Descreve as estruturas relevantes de órgãos governamentais, lideranças comunitárias, organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil (OSCs) que podem ter uma função na implementação do PG-DOTSR, avalia a sua capacidade e propõe medidas para fortalecer a capacidade institucional.
8. *Perfil Socio-Económico das pessoas afetadas* - Fornece uma visão geral das constatações dos estudos socioeconômicos realizados nos estágios iniciais da preparação do PG-DOTSR, incluindo sobre grupos vulneráveis, informações sobre meios de subsistência e padrões de vida, sistemas de posse e transferência de terras, uso de recursos naturais, padrões de interação social, serviços sociais e infraestrutura pública.
9. *Metodologias de Avaliação e Compensação* – Descreve as metodologias para avaliação de bens para determinação do custo total de substituição e descrição dos tipos e níveis propostos de compensação de perdas físicas e económicas
10. *Elegibilidade e Direitos* – Define os critérios para determinar a elegibilidade a compensações, subsídios e outras assistências (incluindo a data de corte), descreve todas as categorias de Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAPs) e identifica os direitos de cada uma das categorias às compensações, subsídios e outras assistências oferecidas, incluindo especificidades de género, grupos/indivíduos vulneráveis
11. *Métodos de avaliação de terras e bens afetados* - Descreve as metodologias que serão utilizadas para avaliação da terra em diferentes áreas afetadas e de avaliação de diferentes tipologias de benfeitorias, árvores e culturas, entre outros bens afetados.
12. *Seleção de Local para Reassentamento* (se aplicável) – Definir processo e critérios para seleção de área hospedeira.
13. *Planejamento de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento* - Descreve diretrizes para o processo de implementação dos PE- DOTSR, incluindo o censo socio-económico, processo de negociação, preparação das áreas hospedeiras e casas de substituição (se aplicável), assistência no realojamento e mudança, entrega de compensações.
14. *Planejamento da Restauração e Melhoria de Condições de Vida* – Descreve as estratégias e medidas a utilizar para recuperação e melhoria das condições de vida, tendo em consideração a tabela de elegibilidade e direitos.

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
**PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024**  
**PPP LINHAS 11, 12 e 13**

15. *Engajamento de Partes Interessadas* – Define as partes interessadas relevantes (incluindo grupos vulneráveis) e estabelece estratégias, metodologias e planejamento de consulta e engajamento relacionado com desapropriação, ocupação temporária, servidão e reassentamento.
16. *Mecanismo de Reclamações* – Define canais de entrada de reclamações e processo de registro, encaminhamento, resolução e resposta, articulado com o Mecanismo de Reclamações da Concessionária
17. *Revisão e atualização do PG-DOTSR* – Descreve o processo de revisão e respectiva aprovação
18. *Acompanhamento, monitoramento e auditoria* – Descreve o processo de acompanhamento, monitoramento e auditoria, identificando calendário, responsabilidades e indicadores-chave
19. *Cronograma* - Define o cronograma de preparação e implementação de cada PE- DOTSR específico
20. *Orçamento* – Descreve estimativa orçamental de todos os custos relacionados com a preparação e implementação dos PE-DOTSR, incluindo custos de compensação, subsídios, assistências às PAPs, remunerações e outros custos (transporte, acomodação etc.) das equipas responsáveis pela preparação e implementação, contingências.

Estrutura dos PE-DOTSR:

21. *Sumário Executivo* - Fornece aos leitores uma compreensão das principais questões associadas ao PE-DOTSR: tipos de impactos, número de pessoas afetadas em cada categoria e descrição das medidas para mitigar os impactos, cronograma, funções e responsabilidades e uma visão geral do envolvimento das partes interessadas e do processo de reclamação.
22. *Glossário* - Fornece uma descrição dos principais termos usados no PE-DOTSR
23. *Introdução* – Inclui a identificação e descrição das componentes (trechos/polígonos) do(s) EMPREENDIMENTO(S) abrangidos pelo PE-DOTSR (incluindo a pegada, cronograma de construção, intervenientes), sumário dos impactos do deslocamento físico e económico e identificação do escopo do PDOTSR.
24. *Impactos das Componentes dos Empreendimentos abrangidos pelo PE-DOTSR* – Descreve todos os impactos relacionados com a aquisição de terras, reassentamento, deslocamentos físicos e económicos, restrições de acesso a recursos naturais, outros tipos de deslocamentos económicos e descreve todas as alternativas e esforços realizados para evitar ou minimizar os impactos adversos.
25. *Objetivos e processos* – Identifica os objetivos da implementação do PE-DOTSR e uma visão geral de como será implementado.
26. *Estrutura regulatória* – Inclui sumário das disposições legais relevantes e descrição dos procedimentos legais e administrativos aplicáveis. Detalha as lacunas relativas aos requisitos do PD2 e o mecanismo e medidas para colmatar as lacunas.

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
**PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024**  
**PPP LINHAS 11, 12 e 13**

27. *Estrutura institucional* – Descreve as estruturas relevantes de órgãos governamentais, lideranças comunitárias, organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil (OSCs) que podem ter uma função na implementação do PE-DOTSR, avalia a sua capacidade e propõe medidas para fortalecer a capacidade institucional.
28. *Estudos de base* - Fornece uma visão geral das constatações dos estudos socioeconômicos realizados no PG-DOTSR e no PE-DOTSR, incluindo resultados de pesquisas domiciliares e de censo, informações sobre grupos vulneráveis, informações sobre meios de subsistência e padrões de vida, sistemas de posse e transferência de terras, uso de recursos naturais, padrões de interação social, serviços sociais e infraestrutura pública.
29. *Metodologias de Avaliação e Compensação* – Descreve as metodologias para avaliação de bens para determinação do custo total de substituição e descrição dos tipos e níveis propostos de compensação de perdas físicas e económicas
30. *Elegibilidade e Direitos* – Define os critérios para determinar a elegibilidade a compensações, subsídios e outras assistências (incluindo a data de corte), descreve todas as categorias de Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAPs) e identifica os direitos de cada uma das categorias às compensações, subsídios e outras assistências oferecidas.
31. *Seleção de Local para Reassentamento (se aplicável)* – Definir processo e critérios para seleção de área hospedeira.
32. *Planejamento de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento* - Descreve o processo de implementação do PE-DOTSR, incluindo o censo socioeconômico, processo de negociação, preparação das áreas hospedeiras e casas de substituição (se aplicável), assistência no realojamento e mudança, entrega de compensações.
33. *Planejamento da Restauração e Melhoria de Condições de Vida* – Descreve as estratégias e medidas a utilizar para recuperação e melhoria das condições de vida, tendo em consideração a tabela de elegibilidade e direitos do PE-DOTSR específico.
34. *Engajamento de Partes Interessadas* – Define as partes interessadas relevantes (incluindo grupos vulneráveis) e estabelece estratégias, metodologias e planejamento de consulta e engajamento relacionado com desapropriação, ocupação temporária, servidão e reassentamento.
35. *Mecanismo de Reclamações* – Define canais de entrada de reclamações e processo de registo, encaminhamento, resolução e resposta
36. *Revisão e atualização do PE-DOTSR*– Descreve o processo de revisão e respetiva aprovação
37. *Acompanhamento, monitoramento e auditoria* – Descreve o processo de acompanhamento, monitoramento e auditoria, identificando calendário, responsabilidades e indicadores-chave.
38. *Cronograma* - Define o cronograma de implementação das diversas atividades do PE- DOTSR específico

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
**PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024**  
**PPP LINHAS 11, 12 e 13**

39. Orçamento – Descreve o orçamento detalhado de todos os custos relacionados com a implementação do PE-DOTSR, incluindo custos de compensação, subsídios, assistências às PAPs, remunerações e outros custos (transporte, acomodação etc.) das equipes responsáveis pela preparação e implementação, contingências.

A versão preliminar dos PG-DOTSR e PE-DOTSR serão avaliadas pelo AUDITOR INDEPENDENTE e serão divulgadas e discutidas com as partes interessadas e afetadas, conforme previsto no PEPI.

A versão final dos PG-DOTSR e PE-DOTSR deverão ter em consideração as revisões e o resultado das consultas às partes interessadas e afetadas.

## **5. QUALIFICAÇÕES**

Os integrantes da equipe responsável pela elaboração do PDOTSR devem possuir experiência de preparação e/ou implementação de PDOTSR, no Brasil (de preferência no Estado de São Paulo), em conformidade com as diretrizes do PD5, preferencialmente em infraestruturas lineares.

Ainda, os integrantes da equipe de elaboração do PDOTSR, sejam eles da CONCESSIONÁRIA ou equipe terceirizada, deverá contar com um Gestor de Projeto sênior com graduação e/ou mestrado em ciências sociais, familiaridade com os PADRÕES DE DESEMPENHO, particularmente o PD5, e com os regulamentos e procedimentos nacionais relacionados com a aquisição de terrenos e reassentamento, com o mínimo de 15 anos de experiência e 5 anos de experiência no planejamento e execução da aquisição de terras e da reassentamento.

A equipe responsável incluirá entre outros, os seguintes peritos seniores:

- *Sociólogo ou antropólogo* com experiência comprovada em metodologias quantitativas e qualitativas de coleta de informação primária em comunidades e experiência de trabalho com grupos desfavorecidos ou vulneráveis
- *Jurista* com experiência comprovada em questões relacionadas com a posse de terra e direitos humanos
- *Economista* com experiência em avaliação de bens e avaliação contábilística de empresas e negócios informais
- *Arquiteto / Urbanista*
- *Especialista em comunicação* com experiência em técnicas de comunicação e engajamento com comunidades, incluindo com grupos e indivíduos desfavorecidos ou vulneráveis e aplicação de metodologias participativas e de facilitação de negociação



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Parcerias em Investimentos  
**PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024**  
**PPP LINHAS 11, 12 e 13**

- Especialista de SIG

O censo, inquéritos e inventário de bens afetados deverão ser realizados por profissionais com experiência anterior comprovado em trabalhos similares.